

LINGUASAGEM

EXTRA! EXTRA! A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS NO BRASIL – MANCHETES DE UMA HISTÓRIA LINGUÍSTICA

Élida Cristina de Carvalho CASTILHO¹

RESUMO

As questões que envolvem a aprendizagem de línguas no Brasil, de modo especial, no setor público, sempre se apresentaram como terreno movediço, cheio de muitos questionamentos, sobretudo, sobre sua (in)eficácia em se aprender uma língua “estrangeira” na sala de aula de uma escola regular. A discussão atual sobre a Medida Provisória (MP) 746/2016 para a reestruturação do Ensino Médio é mais uma a chamar atenção, por promover alterações na estrutura desse nível de ensino que impactam diretamente na oferta e obrigatoriedade do ensino de línguas. Desse modo, problematizar o discurso institucional/educacional e os efeitos de sentido que eles tomam na sociedade, mais especificamente, nos textos jornalísticos e sua abrangência de circulação, têm ganhado na esfera dos estudos linguísticos e discursivos, cada vez mais relevância, por analisar como as imagens construídas dos discursos oficiais se (re)atualizam nesses textos, nesses “comentários” (FOUCAULT, 1999), que (re)afirmam “regimes de verdade”. Aqui, pretende-se descrever como acontecem nas condições de emergência dessas manchetes, as coexistências enunciativas dos discursos oficiais sobre o processo de aprendizagem de línguas.

Palavras-chave: Manchetes; Aprendizagem de línguas; Discurso; Comentário.

RESUMEN

Las cuestiones que envuelven el aprendizaje de lenguas en Brasil, de manera especial, en el sector público, siempre se presentaron como arena movediza, lleno de muchos cuestionamientos, sobre todo, sobre su (in)eficacia en se aprender una lengua “extranjera” en el aula de clases de una escuela regular. La discusión actual acerca de la Medida Provisoria (MP) 746/2016 para la reestructuración de la Enseñanza Secundaria es más una a llamar atención, por promover alteraciones en la estructura de ese nivel de enseñanza que impactan directamente en la oferta y obligatoriedad de la enseñanza de lenguas. De ese modo, problematizar el discurso institucional/educacional y los efectos

¹ Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS – Campus Três Lagoas). Docente do curso de Letras – Português/Espanhol do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Avaré. Email: elida.castilho@ifsp.edu.br

de sentido que ellos toman en la sociedad, más específicamente, en los textos periodísticos y su alcance de circulación, tienen ganado en la esfera de los estudios lingüísticos y discursivos, cada vez más relevancia, por analizar como las imágenes construidas de los discursos oficiales se (re)actualizan en esos textos, en esos “comentarios” (FOUCAULT, 1999), que (re)afirman “regímenes de verdades”. Aquí, intentase describir como ocurren en las condiciones de emergencias de esas portadas, las coexistencias enunciativas de los discursos oficiales sobre el proceso de aprendizaje de lenguas.

Palabras-clave: Portadas; Aprendizaje de lenguas; Discurso; Comentario.

Introdução

É certo que as discussões em torno do processo de aprendizagem para aprender uma segunda língua, não são novas e, tampouco, podem ser resumidas em poucas linhas. No discurso educacional, as implantações de métodos de ensino e de documentos norteadores governamentais se configuram como verdadeiros mecanismos de práticas políticas e, por esse motivo, cheias de questionamentos. Carregados de efeitos simbólicos, esses discursos estruturam os conteúdos curriculares e seus sistemas de valores e atitudes explícitos e implícitos, os regimes de “verdade”, que o jornalismo, “atividade de transformação informativa pela dimensão prática e comunicativa (lingüística)” (LAGE, 2003), naturalmente uma atividade humana, social, ideológica e efêmera, pressupõe-se a narrar.

Assim, a relevância deste trabalho consiste em ressignificar a história dos discursos oficiais sobre a aprendizagem de línguas no Brasil, através do discurso jornalístico, analisando nos procedimentos internos desses discursos, os “comentários” (FOUCAULT, 1999, p. 22), “os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”, discutindo, assim, o jogo discursivo que se dá entre o discurso oficial e esse procedimento interno do comentário, as formas de dizer dos textos jornalísticos sobre a aprendizagem de línguas no país e que, observando-as sob outro ponto de vista, continuam a determinar as relações de saber-poder.

Este trabalho prevê como *corpus* a análise de manchetes jornalísticas sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras. A coleta foi realizada por meio digital, no acesso ao acervo de um dos principais jornais do Brasil, *Folha de São Paulo*, por meio da digitação da expressão *aprendizagem de línguas estrangeiras*, sem aspas.

Para que se possa compreender um pouco mais sobre os caminhos tomados no ensino de línguas estrangeiras, o período de investigação apresentado deu-se a partir da década de 1930, período dos “anos dourados” (LEFFA, 1999) da educação brasileira e da aprendizagem de línguas, principalmente, pela Reforma de 1931 e a Reforma da Capanema, em 1937, que propunham “soerguer a educação de segundo grau do caos e do descrédito em que fora mergulhada” (CHAGAS, 1957, p. 89 *apud* LEFFA, 1999). Foi a primeira vez, que foram introduzidas mudanças não apenas no conteúdo do ensino de línguas, mas, de modo especial, na metodologia de ensino, oficialmente, por meio das instruções metodológicas para o uso do Método Direto.

As manchetes analisadas estão numeradas em ordem crescente, por data de ano de publicação. Aqui escolhemos 10 manchetes, compreendidas entre os anos de 1940 a 2009, além de alguns recortes do corpo da matéria jornalística. Esses excertos estão numerados de acordo com a ordem em que são analisados e representam uma situação de linguagem representativos da posição e condição de produção das manchetes.

Apontamentos teóricos

Ao propormos um estudo sobre os discursos instituídos e constituídos sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil, através de manchetes jornalísticas, pretendemos demonstrar a história no interior da descontinuidade dos documentos não-oficiais, analisando nesses textos, a interpretação da interpretação desses discursos, o “comentário” (FOUCAULT, 1999) e seus procedimentos de controle e delimitação. Para tanto, os apontamentos nesse tópico têm por objetivo trazer alguns pontos que nos parecem relevantes sobre as contribuições de Foucault (1987) para as questões da descontinuidade e, por abrangência, às reflexões e análises que aqui apresentamos.

Filósofo cético, empirista, e que nunca deixou de questionar os “jogos de verdade”, as verdades construídas, singulares, típicas de cada época e suas funções ideológicas, dialogamos com o francês no intuito de problematizar também, não a origem dos discursos, “tão secreta e tão originária que delas jamais nos poderemos reapoderar inteiramente” (FOUCAULT, 1987, p. 30), sobre a aprendizagem de línguas em nosso país, mas os enunciados dispersos no tempo dos textos jornalísticos, que se transformam não pela permanência e singularidade de um objeto, mas que se relacionam com os “comentários” subjetivados nesses textos.

Buscando, portanto, descrever como acontecem nas condições de emergência desses textos, as coexistências enunciativas dos discursos oficiais sobre o processo de

aprendizagem de línguas, analisando como as imagens construídas desses discursos se reatualizam e (re)afirmam “regimes de verdade” sobre a aprendizagem de línguas no país.

A materialidade discursiva jornalística estabelece estreita relação com uma existência sócio-histórica, em uma conjuntura histórica dada que, por autoridade concedida socialmente, permite-lhe “organizar o caos da realidade, ao mesmo tempo interpretá-la e propor ao leitor esta forma de leitura” (PACHI, 2013, p. 57). Um imaginário de credibilidade, de suporte natural de regimes de verdades e de certezas que, em nossas análises, buscamos ressignificá-las, com novos gestos de leitura, de sentidos convocados pelo acontecimento (das novas metodologias, promulgação de leis e projetos), que só são compreendidos porque há uma sustentação do dizer pela memória.

Entretanto, não pretendemos realizar uma análise exaustiva e completa em relação ao objeto, mas demonstrar verticalmente (ORLANDI, 2002, p. 63), considerando a relação temática proposta e o objeto analisado – as manchetes jornalísticas de um determinado jornal, as condições de emergência que resultaram nessas materialidades de dizibilidade, conservação, memória, apropriação e, principalmente, de reativação desses enunciados, de (re)transmissão ao público leitor das “verdades dos fatos”.

As verdades que, na ordem do discurso, dispõem de uma relação de saber-poder de quem está autorizado a falar e que, na sua produção discursiva, é ao mesmo tempo “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Procedimentos de produção de discursos que Foucault identifica e analisa em três grupos: os sistemas de exclusão externos e internos ao discurso e as regras impostas aos sujeitos. Como dissemos, aqui, centraremos-nos no procedimento interno nomeado por “comentário” (*idem*, p. 21), procedimento discursivo que tem ao mesmo tempo um papel multiplicador e restritivo, assim como os discursos dos textos jornalísticos.

Nesse procedimento, são os discursos mesmos que exercem o seu próprio controle. O comentário “conjura o acaso do discurso, fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.” (FOUCAULT, 1999, p. 25-26). Assim, sua função é revelar aquilo que se encontra articulado, mas não explicitado no texto original, para nós, as relações

de saberes em diferentes épocas sobre a aprendizagem de línguas no nosso país, como as novas metodologias, a promulgação de leis e projetos, no novo discursivo “não no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (*idem*, p. 26).

Acontecimentos discursivos e, porque não, históricos sobre a aprendizagem de línguas que o discurso jornalístico interpreta, interdita, limita seu sentido, (re)transmitindo à sociedade grandes e/ou pequenas questões de ideologias, uma vez que “não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE, 2003).

Gênero discursivo – manchetes

Indubitavelmente que é com Bakhtin (1997), um dos sistemas de pensamento sobre os gêneros discursivos mais importantes da história, que apoiamo-nos nesse texto. Suas reflexões linguísticas sobre esse assunto desde a década de 1920, ainda hoje são revisitadas e exploradas, com um alcance muito além do linguístico. Estudioso de múltiplas facetas, trazemos aqui suas contribuições para os estudos dos gêneros discursivos, em especial, ao gênero manchete, texto simbólico do uso social da linguagem e seus efeitos de sentidos.

Assim como o russo, acreditamos que estudar a natureza dos enunciados e da diversidade dos gêneros representa estudar as diferentes atividades da esfera e comunicação humana, na sempre constitutiva relação *língua* e *vida* (BAKHTIN, 1997, p. 282). Por isso, que nos propomos a analisar nesses enunciados jornalísticos, as discursividades de uma história da aprendizagem de línguas no país que faz com que a *língua* penetre na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e também a *vida* penetre na língua através da materialização desses enunciados, o que Foucault designou de objetivação e subjetivação.

Essa relação dialógica entre os gêneros discursivos, bem como sua variedade, de circulação, funcionalidade e estilística resultam nos tipos relativamente estáveis de enunciados. No nosso caso específico, o gênero manchete, seu estilo linguístico e funcional também são peculiares a uma dada esfera da atividade e comunicação humana, pois, retomando a Bakhtin (1997, p. 284), “cada esfera conhece seus gêneros, apropriados a sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos”.

A manchete, na imprensa gráfica, é uma das tarefas mais complicadas, e ao mesmo tempo, mais fundamentais no exercício da comunicação. É notório que ela e os elementos que a compõem, são as portas de acesso à leitura da notícia ou não, o convite, o primeiro nível informativo, o despertar de interesses. Seus elementos básicos devem

ser, portanto, a informação clara e provocativa. Segundo um dos jornais mais importantes da Europa, o *El país*, da Espanha, “as manchetes constituem o principal elemento de informação [...] o que centraliza a atenção do leitor”², “a notícia” (GOMIS, 1991), “uma vitrine de expressões resumidas” (DOMÍNGUEZ, 1990).

Elas são, portanto, os títulos considerados pela redação como os de maior importância entre as notícias contidas na edição. Dependendo do jornal, os elementos que a compõem podem ser um conjunto de dois, três ou quatro itens, o subtítulo ou linha fina (texto acima da manchete), o título auxiliar (síntese da informação que se encontra abaixo da manchete), o “chapéu” (palavra ou expressão curta que norteia um texto, remetendo o leitor ao assunto abordado, localiza-se acima do subtítulo) e os elementos infográficos (fotografias, gráficos, por exemplo).

Os discursos jornalísticos são constitutivamente, metadiscursivos, referem-se a outros discursos sociais e, em relação a eles, cria hierarquia de vozes, privilegia valores e costumes, o que lhe possibilita condições para contribuir (e para rechaçar também, caso quisesse!) com a consolidação das verdades e/ou saberes, poderes que se constituem através de determinados discursos, em uma dada época. O discurso institucional/educacional e os efeitos de sentido que eles tomam na sociedade, mais especificamente, nesses textos e sua abrangência de circulação, tem ganhado na esfera dos estudos linguísticos e discursivos, cada vez mais relevância, motivo pelo qual os problematizamos a seguir.

A aprendizagem de línguas no Brasil – manchetes de uma história linguística

A obrigatoriedade do ensino de uma segunda língua nas escolas públicas da Federação está presente em forma de lei desde 1996, data do primeiro documento elaborado para normatização desse componente curricular na grade da base nacional comum, por meio da Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB, 9394/96), no seu art. 26, § 5º.

Entretanto, muito antes da promulgação dessa obrigatoriedade, questões sobre seu processo de ensino-aprendizagem já suscitavam muitas discussões. Centralizada no

² EL PAÍS. *Libro de Estilo*. Ediciones El País. Madrid, 1990. In: *La titulación en la prensa gráfica*. (MARTÍNEZ; MIGUEL; VÁZQUEZ, 2004). Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/grafica1/htmls/apuntescatedra/apunte_titulacion.pdf> Acesso em: 23 de nov. 2016.

Ministério da Educação desde 1930³, esse órgão direciona praticamente todas as decisões, desde as línguas que devem ser ensinadas, a metodologia a ser empregada pelo professor e o programa que deve ser desenvolvido em cada série/ano. Além, mais recentemente, de inúmeros atos normativos⁴, como o parecer CNE/CEB nº 7/2010 e o parecer CNE/CEB nº 5/2011 que despacha sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, acrescida, é claro, da recém-criada Medida Provisória do Ensino Médio (MP 746/2016), que da exclusividade de oferta de uma única língua estrangeira, dentre outras medidas, está gerando dezenas de atos de mobilizações sociais.

É, como dissemos, a partir das décadas de ouro de 1930 e 1940, que sinalizamos o início das análises das manchetes jornalísticas, momento inaugural para discussões metodológicas. Entretanto, o que se pode observar nessa história linguística por meio das manchetes noticiadas⁵, é que os sentidos de interpretação desse novo método pelo texto jornalístico (e porque não, pela sociedade) ainda não havia diminuído a operacionalidade, pelo menos para a época, do método anterior, o Tradicional. Embora, estudiosos sobre as metodologias do ensino de línguas estrangeiras, dentre eles, Leffa (1999), afirmem que as grandes inovações de reformas educacionais do período, principalmente, pela chegada (tardia, é claro) do Método Direto (MD) foram divisórias para a aprendizagem de línguas, o mesmo parece não ter sido (re)contado pelas manchetes, assim, como trazemos a seguir:

Manchete [1] **Pela maior divulgação da língua e das histórias pátrias** (31/01/1940)
[...] Nas provas de línguas estrangeiras, inclusive latim, de que conste trabalho de tradução. (R1)

Manchete [2] **Mais facilidade na aprendizagem de alemão você terá com o método: alemão sem declinações (UNIVERSAL METHODE ZUR LEKTURE GERMANISCHER TEXTE)** (12/06/1955 – Anúncio)
[...] um estudo comparativo de duas línguas: alemã e luso-brasileira. (R2)

Manchete [3] **Inglese resolvem um problema: traduções técnicas** (22/10/1962)
[...] na prática muito pouco as lêem (sic) (a língua estrangeira) com facilidade, embora as tenham aprendido na escola. (R3)
[...] a tradução continuará a desempenhar papel preponderante. (R4).

Em jornalismo, a ênfase recai sobre os conteúdos da mensagem, para o que é informado. Ele se propõe a processar informação em escala industrial e para consumo

³ Em 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública. Fonte: LEFFA, 1999. Disponível em: <<http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/oensle.pdf>> Acesso em: 24 de nov. 2016.

⁴ Fonte: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 24 de nov. 2016

⁵ Por meio da digitação da expressão aprendizagem de línguas, sem aspas, em todo o acervo do jornal Folha de São Paulo, foram encontrados 73 páginas. Acesso em: 04 de dez. 2016.

imediatos e, o que podemos observar nos recortes expostos é que a historicidade da aprendizagem de línguas enunciadas narra uma história linguística para as línguas estrangeiras, nesse período, ainda muito arraigadas com o método da gramática e tradução, como relatamos em R1.

De maneira clara e provocativa, o anúncio de um novo método na manchete 2, historiza uma recorrente forma de expor à sociedade, por meio dos textos jornalísticos, o conceitual, o referencial da linguagem, através de uma retomada da memória social da dificuldade em se aprender um idioma estrangeiro, ao propor, como o principal elemento de informação **mais facilidade na aprendizagem do alemão**, contudo, R2, um método de estudo (ainda) **comparativo de duas línguas: alemã e luso-brasileira**. Entendidas aqui, não como contrastivas, mas com forte suporte gramatical, em que se conhecendo suas regras gramaticais, conhece-se uma língua, foco central da AGT.

Enunciado em 1962, mas ainda com forte força enunciativa nos dias atuais, a manchete 3 e os recortes que se seguem a ela reforçam a memória discursiva da dificuldade em se aprender uma língua e a necessidade constante de resolução de um problema que a aprendizagem de um novo idioma (sempre) impõe. Historicamente, há quase 30 anos a aprendizagem de línguas no país estava sob os conceitos metodológicos do MD que, dentre seus objetivos, como sabemos, era dar ênfase no uso da língua-alvo, no “pensar em língua estrangeira”. Entretanto, na descontinuidade da história metodológica de línguas, observa-se que **na prática muito pouco as leem (a língua estrangeira) com facilidade, embora as tenham aprendido na escola e que a tradução continuará a desempenhar papel preponderante**, apresentados em R3 e R4, fatos noticiados até hoje.

É na década de 1970/1980 que surge não mais um método, mas, agora, uma abordagem, revolucionária até então, para o ensino de línguas, a Abordagem Comunicativa (AC), que além do conhecimento linguístico, propunha um trabalho por competências, centrado em contextos autênticos e nas situações de uso. As manchetes abaixo, datadas do período, (re)enunciaram tais discursos:

Manchete [4] **Secundário: mais de 500 mil voltam às aulas** (08/03/1970)

Eliminação

[...] quanto à possibilidade de um futuro próximo, eliminar-se as línguas estrangeiras do curso ginásial. (R5)

[...] até mesmo em países adiantados, ensina-se diversas línguas estrangeiras. (R6)

[...] a gente está cada vez menor. (R7)

[...] dar aos alunos ao menos iniciação em outros idiomas. (R8)

Manchete [5] **Agenda da Educação** (05/02/1984 – Curso oferecido pela USP)

Línguas

Teorias linguísticas, modelos e ensino de línguas

Manchete [6] **Presidente do CEE é contra a lei do ensino em duas línguas** (14/02/1985)

[...] manutenção da tradição constitucional e pedagógica brasileiras.

Embora, muitas questões, linguístico-metodológicas, tenham favorecido a aprendizagem de línguas, a questão “comunicativa”, sobretudo, nos dias de hoje, parece ter surgido para ficar, uma vez que no imaginário social, saber bem uma língua é saber falá-la, e falá-la bem, nas mais variadas situações de comunicação, adequando-se a diversos contextos formais e informais de modo pertinente. Entretanto, não é o que demonstra comentar os jornalistas à época, no uso de um discurso por outros. A (re)transmissão de uma ideia, ideologia sobre o processo de ensino e aprendizagem é limitada, em suas manchetes, a historicizar uma aprendizagem de línguas em constante embate, sejam com as medidas legislativas, sejam com as opiniões sociais.

O subtítulo **Eliminação**, assim como o exposto em R5 atentam sobre à **possibilidade de um futuro próximo, eliminar-se as línguas estrangeiras do curso ginásial**. A não concordância do presidente do Conselho Estadual de Educação sobre um ensino bilíngue, manchete 6, também reforça essa história, solidificada em constantes ambientes de tensões, recusas e profecias de exclusão. Mas que também, observadas, nas manchetes que datam a partir desse período, passam a contra-argumentar, a resistir, “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2006, p.232), principalmente, na voz de um de seus personagens principais – os professores, como relatados em R6, R7 e R8. O imaginário social do professor como constante aprendiz também começa a centralizar-se nos textos jornalísticos, manchete 5, destacando a importância de promover cursos para que ele pudesse dar conta do papel, agora, de mediador de que a abordagem proponha.

Manchete [7] **Rede oficial tem mais cursos de línguas este ano** (26/01/1990)

[...] Os CELs da rede estadual de ensino serão ampliados a partir de 1990.

[...] o programa é um sucesso. (R9)

[...] objetivo principal é proporcionar aos alunos condições de aprendizagem de línguas estrangeiras modernas, não incluídas no currículo escolar. (R10)

[...] cada centro conta com um equipamento mínimo, composto de gravador, videocassete, televisão e uma minibiblioteca. (R11)

Manchete [8] **O seu maior desafio é falar inglês?** (01/08/1999 – Anúncio)

[...] revolucionária metodologia. (R12)

[...] aprendizagem acelerada de línguas estrangeiras. (R13)

[...] livro que apresenta metodologia capaz de economizar até dois anos de estudos tradicionais, ou 50% do tempo necessário. (R14)

[...] aprendizado que proporciona autonomia, liberdade e concentração. (R15)

Manchete [9] **Como você arruma tempo para estudar sozinho?** (03/12/2006 - Anúncio)
Cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento no ensino e aprendizagem de línguas (PUC)

Manchete [10] **Aperfeiçoamento na tela do computador** (28/06/2009)
TREINO (Chapéu)
Sites e softwares são ferramentas para aprimorar os conhecimentos em línguas estrangeiras. (R16)

Já nas manchetes 7 e 8, notamos como as informações resumidas de seus titulares oferecem efeitos de sentido diferentes em relação à década anterior sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras. Uma história de “importância” sobre o conhecimento de uma segunda língua começa a desenhar-se nas manchetes de maneira mais explícita, mostrando nesses discursos ideologias e interesses, sobretudo, de base política, na interpretação da interpretação dos inúmeros decretos, leis e portarias que surgiram nessa época, de maneira especial, a LDB 9394/96 e na criação, em São Paulo, no projeto de línguas, ainda existente, CEL⁶, idealizado no fim dos anos 1980 e ampliado na década seguinte, manchete 7.

O comentário, princípio de um determinado discurso que é sempre contado, recontado sob determinadas circunstâncias e em determinados contextos viu, nesse projeto estadual, matéria discursiva interessante para muitas manchetes, uma vez que se propunham narrar, um **programa de sucesso**, R9, que proporcionava **aos alunos condições de aprendizagem de línguas estrangeiras modernas, não incluídas no currículo escolar**, R10 e contava com equipamentos, metodologias inovadoras para a época, **cada centro conta com um equipamento mínimo, composto de gravador, videocassete, televisão e uma minibiblioteca**, R11.

Um projeto desafiador, provocador, assim como a manchete que trazemos em 9, que de maneira explícita, referencial e conceitual, “convida” seus leitores à aprendizagem da língua inglesa, língua de maior prestígio social e que, discursivamente, é um **desafio** (e um sonho) para muitos brasileiros. Historicamente, estamos no final da década de 1990, início dos anos 2000, década que a transformação advinda das novas

⁶ Projeto estadual criado em 10 de agosto de 1987 pelo então governador paulista Orestes Quêrcia (PMDB), tem como caracterização, destinação, objetivos e denominação constituir-se uma unidade de ensino vinculada administrativa e pedagogicamente a uma escola estadual que se destina ao atendimento de alunos devidamente matriculados no ensino fundamental ou médio, com frequência regular, na escola vinculadora ou em qualquer outra escola da rede pública estadual, proporcionando enriquecimento curricular, mediante estudos opcionais de línguas estrangeiras modernas.

concepções de reorganização geográfica e política influenciaram as novas bases sobre as quais se articulam o pessoal e o social na contemporaneidade, a globalização e o avanço da Internet.

As manchetes 8 e 9 provocam o leitor, por meio do tom de pergunta, indaga-o, ao mesmo tempo que se aproxima dele e da sociedade, pois conhece os seus anseios, e, segundo a sua interpretação, “agenda” a sua percepção do mundo. As transformações não deixariam de influenciar questões relacionadas com as línguas e os sujeitos que dela se utilizam, então, já que o momento histórico propunha agilidade em todas as relações, a metodologia e os objetivos utilizados para a aprendizagem de línguas também deveriam acompanhar tais mudanças, com **uma revolucionária metodologia**, R12, **aprendizagem acelerada de línguas estrangeiras**, R13, e um **livro que apresenta metodologia capaz de economizar até dois anos de estudos tradicionais, ou 50% do tempo necessário**, R14, com **autonomia, liberdade e concentração**, R15.

Assim, os que as manchetes enunciam no início do novo século é uma história linguística da aprendizagem de línguas em contato direto com o uso das novas tecnologias que, cada vez mais, passam a desempenhar um papel central no processo de ensino e aprendizagem, de modo geral. O aprendiz, detentor de seu percurso formativo, pode aperfeiçoar-se sozinho, **na tela do computador**, manchete 10, treinar, assim como exposto no chapéu dessa manchete, **aprimorar os conhecimentos em línguas estrangeiras**, por meio de sites e softwares, R16.

Comparada, comumente, aos movimentos de um pêndulo, observamos como a história do ensino de línguas sempre colocou-se balanceando de um lado a outro, de modo específico, em uma constante sucessão de tese e antítese sem jamais chegar à uma síntese. Movimento similar que também encontramos nas manchetes aqui apresentadas que, autorizadas socialmente, balançaram seus comentários na direção “do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 1999, p. 21) da temporalidade histórica.

Considerações finais

Ao evocar, nesse trabalho, traços sócio-históricos nos quais se inscrevem as discursividades, assim como Foucault, buscamos considerar a relação do acontecimento com o passado, a memória e a história. História da aprendizagem de línguas em nosso país que, por meio da linguagem em dada situação e em certo contexto histórico, determina o que pode e deve ser dito num determinado discurso.

A descontinuidade dessa história linguística, aqui pensada, muito mais que recorrer a texto oficiais sobre a aprendizagem de línguas, propôs-se a (re)contá-la por meio de um outro texto, também autorizado socialmente – o jornalístico, e que tomado como um objeto sócio-histórico, permite, portanto, ser ressignificado.

As manchetes da história da aprendizagem de línguas em nosso país sempre foram marcadas por rechaços, como segundo plano de prioridades, ineficiência do processo de ensino e aprendizagem, principalmente nas escolas públicas. Aqui, o que analisamos não nos pareceu diferente, pois inseridas na interlocução de momentos históricos e ideológicos, os comentários noticiados construíram uma visão de sociedade de acordo com os interesses políticos, metodológicos e econômicos à época, reatualizando o discurso do poder, da continuidade histórica sobre a aprendizagem de línguas no Brasil, continuamente, do político suplantando o pedagógico.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União – Seção 1, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [1921?]-Diário. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>> Acesso em: 04 de dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel.. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel.. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

LEFFA, Vilson J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999. Disponível em: <www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/oensle.pdf> Acesso em: 28 de jan. 2016.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

PACHI, 2013. **La titulación en la prensa gráfica**. Taller de producción gráfica I. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata. Argentina. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/grafica1/htmls/apuntescatedra/apunte_titulacion.pdf > Acesso em: 24 de nov. 2016.
SÃO PAULO. Decreto 27.270, de 10 de agosto de 1987.

Como referenciar este artigo

CASTILHO, Élida Cristina de Carvalho. Extra! Extra! A aprendizagem de línguas no Brasil – manchetes de uma história linguística. **revista Linguagem**, São Carlos, v.29, n.1, p. 17-29, jul./dez. 2018. ISSN: 1983-6988.

Submetido em: 16/08/2017.

Aprovado em: 03/05/2018.